

REQUALIFICAR OU REVITALIZAR? AÇÕES DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, TURISMO E HOSPITALIDADE

*Sênia Bastos*¹

Resumo: O centro histórico da cidade de São Paulo tem sido alvo da ação de diversos programas de requalificação, por parte do poder público e da iniciativa da sociedade, por meio de instituições criadas para tal fim. A reurbanização do Anhangabaú, a restauração de edificações de valor histórico, a recuperação das vias públicas, racionalização da distribuição dos ambulantes, desobstrução dos viadutos do Chá e de Santa Ifigênia, isenção de IPTU para os imóveis tombados com fachadas em perfeito estado de conservação, permanência de importantes instituições no local entre outros, conduzem tais ações para a valorização do patrimônio histórico da cidade. A exploração comercial do patrimônio histórico mediante sua conversão em atrativo turístico tem sido apontada como a opção que mais assegura a sua reabilitação e conservação. O patrimônio passa a ser tratado de forma mercantil, como mercadoria e bem de consumo, deixa de ser pensado apenas por sua importância coletiva para os moradores enquanto lugar de memória. Seu caráter identitário passa a ser valorizado pelo empreendedor enquanto o grande diferencial do empreendimento turístico. O envolvimento com o patrimônio, todavia, pode se estabelecer na medida em que ele for incorporado ao cotidiano de forma compreensível. Um dos recursos possíveis é a mediação da memória. Programas de educação patrimonial são apontados enquanto metodologia para envolver os moradores com sua história, motivando a apropriação de seu passado e o exercício da cidadania. A interpretação do patrimônio deve ser um processo compartilhado com o morador, a aproximação inicial a tais locais pode ser favorecida com a realização de atividades de entretenimento e lazer em suas instalações. A hospitalidade inscreve-se nesse contexto de exercício de cidadania e valorização da memória, temas discutidos nessa pesquisa que se encontra em andamento.

Palavras-chave: Turismo, Hospitalidade, Patrimônio Histórico, Revitalização, Requalificação

Em um passeio pela área central em muitas de nossas cidades, poucos se detêm a contemplar as edificações que se descortinam no percurso diário em decorrência da má-

¹ Doutora - Programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi. email:seniabas@anhembibr.

conservação das fachadas, sobreposição de anúncios publicitários, ausência de informações sobre os bens, problemas na sinalização somados às diferentes modalidades de poluição.

O envolvimento com o patrimônio, todavia, pode se estabelecer na medida em que ele for incorporado ao cotidiano de forma compreensível. Um dos recursos possíveis é a mediação da memória: o passeio pelo centro ganha colorido quando compartilhado por antigos moradores da cidade. Rememoram acontecimentos, identificam edificações inexistentes, apontam peculiaridades de tempos idos: o antigo cinema hoje convertido em espaço religioso em virtude do novo uso, os logradouros que teve seu desenho alterado, obras de arte removidas a fim de intensificar o tráfego local. A narrativa marcada pela recordação vem carregada de emoção e o passado ganha coloração positiva. A paisagem é reorganizada e fica a indagação: teria sido melhor?

Existe certa confusão na utilização do conceito patrimônio cultural que decorre de sua abrangência e do fato deste englobar caráter político, econômico e científico. O conceito legitima os referentes simbólicos, a partir de determinadas fontes de autoridade exteriores à comunidade, quer seja por ser proveniente de um técnico, cientista, político, especulador imobiliário ou empreendedor.

Em muitos casos o morador é informado sobre o seu patrimônio, ou seja, não participa do processo de identificação deste. Os técnicos da preservação e o poder público (quer municipal, estadual ou federal), legitimados pelo saber científico e poder político, inventariam os bens a partir de perspectivas externas aos moradores, priorizando, sobretudo, determinados partidos arquitetônicos, bens de maior significado histórico, ou áreas específicas em decorrência à pressão de grupos econômicos.

O patrimônio cultural eleito por esta metodologia gera distanciamento, o morador não o identifica como expressão de seu passado ou como bem coletivo que deve ser apropriado. Em muitos casos, para despertar o interesse sobre ele, usa-se o conceito de escassez (Limón Delgado, 1999) do que se conclui: o patrimônio é importante porque é raro. Outra estratégia utilizada é a figura do tombamento. Cabe destacar que o tombamento não confere valor cultural ao bem, conforma-se em uma medida de proteção administrativa, a sua preservação (Marchesan, 2003). Das medidas citadas acima permite-se a afirmação de que não garantem a identificação com o morador, redundando em sua degradação.

A exploração comercial do patrimônio cultural mediante sua conversão em atrativo turístico tem sido apontada como a opção que mais assegura a sua reabilitação e conservação.² O patrimônio passa a ser tratado de forma mercantil, como mercadoria e bem de consumo, deixa de ser pensado apenas por sua importância coletiva para os moradores, enquanto lugar de memória. É justamente tal caráter identitário que passa a ser valorizado pelo empreendedor como o diferencial do empreendimento turístico.

Ao ser configurado em atrativo turístico, com o rótulo de autenticidade, operam interesses financeiros que podem comprometer a sua relação identitária com o morador, na medida em que tais ações não se encontrem contextualizadas ao passado e às experiências sociais da comunidade (Talavera, 2002).

A implantação da atividade turística envolve riscos que são próprios da atividade: as trocas sociais e culturais podem desencadear rupturas, em decorrência de processos de reelaboração de conteúdos simbólicos que passam a ser atribuídos aos bens pelos empreendedores. Para evitar o desenraizamento dos moradores com o seu patrimônio faz-se necessário facilitar o acesso educativo-cultural, estabelecendo processos de interpretação dos bens cuja metodologia envolva a comunidade, de forma que os tornem guardiões de seu passado, além de uma política de preservação e proteção dos bens, evitando-se a realização de atividades que comprometam sua conservação.

A comunidade tem dificuldades em reconhecer o seu patrimônio cultural, mas é ela que deve indicá-lo. A falta de clareza não deve inviabilizar a sua identificação, simbologia difícil de ser apropriada coletivamente (Limón Delgado, 1999).

Para manter a identificação com o morador uma boa estratégia é a de incluir o patrimônio nas atividades recreacionais da comunidade, com a reorientação de atividades e alteração de usos dos edifícios. Planejamento, gestão e análise dos produtos oferecidos devem visar o controle de resíduos, a deterioração das edificações e do entorno em virtude da presença frequente de visitantes.

² Dentre os autores que comungam deste ideário destacam-se Margarita Barretto. Augustin Santana Talavera, Stela Murta dentre outros.

Ao que se refere à história brasileira pode-se afirmar que é marcada pela valorização do patrimônio enquanto tentativa de associação a uma determinada representação de nossa nacionalidade. Nesse sentido, a arquitetura colonial foi valorizada como expressão do estilo nacional, digna de ser resgatada e elevada à categoria de patrimônio histórico e artístico nacional. Desnecessário é, ressaltar, a presença de estilos arquitetônicos negligenciados durante o período 1937 a 1970, bem como a arquitetura menor³, vernacular⁴, industrial e as expressões e fazeres populares.

Todavia, desde o pré-projeto de criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), havia uma ampla conceituação patrimonial. Buscava-se não só a valorização arquitetônica de caráter histórico e erudito, mas ainda objetos, monumentos, paisagens, folclore, manifestações artísticas, arqueológicas, etnográficas, populares e das artes aplicadas⁵.

Apesar desta ampla concepção sobre o patrimônio nacional, que engloba bens móveis e imóveis, artefatos, registros fílmicos, cantos, culinária, cruzeiros dentre outros, operou-se uma restrição conceitual bem como uma atuação desigual do SPHAN no país, concentrando-se geograficamente nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, nos quais tombou edificações, sobretudo urbanas e datadas do século XVIII, que remetem a episódios históricos e personagens ilustres.

O conjunto eleito revela o desejo por um país passado, com quatro séculos de história, extremamente católico, guardado por canhões, patriarcal, latifundiário, ordenado por intendências e casas de câmara e cadeia, e habitado por personalidades ilustres, que caminham entre pontes e chafarizes (Rubino, 1999, p. 98).

As expressões e fazeres populares são vivenciados e atualizados socialmente, desaparecendo quando perdem funcionalidade e significado. Grande parte das populações indígenas desapareceu sem legar-nos informações sobre sua existência e ao que se refere à São

³ Trata-se de construções privadas não monumentais, em geral edificadas sem a colaboração de arquitetos (Choay, 2001).

⁴ Edifícios cujo estilo arquitetônico têm características nitidamente regionais (Choay, 2001).

⁵ Constituem manifestações das artes aplicadas: móveis, escultura, tapeçaria, joalheria, decorações murais dentre outros.

Paulo, o cosmopolitismo e dinâmica do povo não foi compreendido pelo SPHAN, que apenas tombou casas bandeiristas e capelas jesuíticas.

A dinâmica cultural é carregada por valores que são compartilhados coletivamente. Apenas são apropriados pelas gerações futuras quando estas se identificam com os bens, quando compõem sua memória, seu passado, alcançando sentido e sentimento coletivo de identidade. Tal característica pode ser percebida quando notamos o valor diferenciado que é atribuído aos bens culturais, por diferentes grupos.

Parte das manifestações simbólicas desapareceu sem nunca ter sido analisada ou documentada. Perderam-se no tempo, sua perpetuação depende do grupo, do período histórico, das questões ideológicas que permeiam a patrimonialização e a visão de identidade que está sendo construída contemporânea a esse processo.

O patrimônio cultural é entendido como um amplo e diversificado conjunto de bens culturais que permite a cada segmento social apropriar-se do passado, compondo imagens de sua identidade, quer individual ou coletiva (NORA, 1993). Destituído de critério único, objetivo e universal, o conceito engloba bens culturais não-consagrados, expressões e fazeres das classes populares, bem como a identificação de elementos coletivamente importantes em nossa sociedade, além do tradicional patrimônio histórico e artístico. Busca-se a valorização da cultura, da memória, da educação e da história.

Medidas de preservação e reutilização do patrimônio cultural constituem uma forma de envolvê-la, possibilitando a conscientização e a revitalização das tradições. A valorização da identidade cultural permite que se intensifique o sentimento de pertencimento à comunidade. Em contrapartida, o abandono e desvalorização do patrimônio cultural expressam nossa dependência cultural

A alteração do conceito encontra-se associada à mudança do significado do termo bem cultural. Faz-se necessário ponderar que conceitos são historicamente datados, encontram-se associados à própria história da sociedade. Cabe aos órgãos de preservação incorporar verdadeiramente o conceito patrimônio cultural, estendendo sua política de valorização para aspectos não consagrados da cultura brasileira.

Nota-se uma tendência atual de reafirmação das identidades coletivas em oposição ao movimento de uniformização cultural gerado pela globalização, do qual podemos apontar certa

homogeneização do cotidiano. A valorização do patrimônio cultural surge como resposta a esta uniformização das identidades coletivas, conformando-se em objeto comercializável dos empreendimentos turísticos.

Os moradores se reconhecem como membros de uma localidade, referenciam as histórias vivenciadas, resistem às investidas de grupos hegemônicos e especuladores, solidarizam-se com as dificuldades de seus pares. Tecem uma trama que provavelmente jamais ocupará as páginas dos livros de história de seus descendentes, seus lugares de memória encontram-se ocultos aos programas de exploração turística.

O caráter universal dos conceitos patrimônio e identidade determinam a eleição dos bens, cuja natureza necessariamente deva se enquadrar nas premissas desta tendência.

Seguindo a mesma tendência de caráter universal, verifica-se a diversificação dos produtos turísticos: aos elementos sol, praia e diversão noturna somam-se os recursos históricos, étnicos e culturais. Destaca-se a valorização do pitoresco, do tradicional, do passado e de seus testemunhos (Talavera, 2002).

A exploração turística dos recursos patrimoniais deve ser precedida por um planejamento e acompanhamento permanente para que não ocorra a expropriação cultural das comunidades receptoras, a degradação ambiental, desequilíbrios sócio-econômicos e a desvalorização cultural. Os empreendimentos devem promover a rentabilidade econômica e o desenvolvimento social, alicerçados em critérios de qualidade que resultem na melhoria da qualidade de vida dos moradores e não apenas canalizados para o bem estar do turista.

Ao problematizar a sua relação com a hospitalidade, o programa de exploração turística deve contemplar ações que possibilitem aos moradores descobrir, tomar consciência e valorizar suas próprias riquezas, sejam elas materiais ou imateriais. O ato de hospitalidade cristaliza-se no movimento de preservação e melhoria dos bens, o sentimento de orgulho pelo seu patrimônio cultural, processo que garante, ainda, a manutenção momentânea dos bens e o melhor acolhimento do visitante.

Um programa de exploração turística com base no patrimônio cultural, ao propor ação de promoção e divulgação dos bens culturais, deve ter entre seus objetivos iniciais, fortalecer as identidades culturais e dinamizar a cultura.

A identificação do patrimônio cultural deve ter como instrumento de pesquisa um inventário que busque evidenciar bens tangíveis e intangíveis coletivamente importantes, com a preocupação de relacionar turismo e patrimônio. Não se deve priorizar apenas os bens tombados ou estabelecer a hierarquização ou categorização do patrimônio, deve-se valorizar o seu potencial de atratividade e sua importância social. Tais informações devem ser sistematizadas e possibilitar, de forma rápida e segura, em um único local, dados das áreas de interesse histórico e cultural.

Objetiva-se reunir informações concisas sobre a natureza dos bens culturais, valor ambiental, histórico, instrumentos de proteção e características básicas, incluindo potencialidade turística, sinalização, acessibilidade, divulgação e demanda, num banco de dados.

Inicialmente deve-se pesquisar nos órgãos de proteção do patrimônio histórico e cultural da municipalidade ou do governo do estado, a existência de estudos sobre os bens da localidade.

Inventariar o patrimônio cultural implica uma multiplicidade de classificação e agrupamento do bem, que deve ser analisado integrado ao seu sistema, relacionando-o ao seu habitat, sem tratá-lo como obra autônoma, descontextualizado de sua história e da cultura regional.

A pesquisa de campo tem por objetivo identificar o circuito de produção, consumo, sentido e valor dos bens culturais na sociedade (Meneses, 1996, p. 94). Identificá-los inseridos em seu *habitat*, na totalidade da vida social, observando as relações que se estabelecem com os moradores no cotidiano. Esta proposta metodológica propõe-se a observar afetividades e relacionamentos que se estabelecem entre o morador e os bens.

Faz-se necessário destacar o aspecto ideológico subjacente à patrimonialização dos bens culturais que variam no tempo e no espaço. “O patrimônio cultural é uma invenção e uma construção social” (Prats, 1998, p. 63). Constitui processo de invenção na medida em que gera discursos sobre a realidade, relacionando-se com o poder, não só político, mas às diversas relações de poder estabelecidas no cotidiano, e aos negócios do Estado. Trata-se de uma construção social na medida em que ocorre a legitimação e a assimilação social dos discursos criados.

nenhuma invenção adquire autoridade até que se legitime como construção social e que nenhuma construção social se produz espontaneamente sem um discurso prévio inventado (seja em seus elementos, em sua composição e/ou em seus significados) pelo poder (Prats,1998:64).

Neste sentido é que se procura identificar junto ao morador o que ele identifica como seu patrimônio, ou seja, verificar se os discursos são assimilados e se ocorre a interação com tais bens. Para viabilizar tal objetivo a aproximação inicial a tais locais pode ser favorecida com a realização de atividades de entretenimento e lazer em suas instalações.

Camargo (2002, p.) evidenciou a importância da relação afetiva dos moradores com o patrimônio para a preservação dos bens culturais. Apesar de estarem incorporados ao cotidiano, não são distinguidos enquanto patrimônio cultural.

Ao contrário do que se pode imaginar, os moradores locais, embora possuindo afetividade por elementos do patrimônio construído ou potencialmente a constituir, não tem condições para distinguir sua importância enquanto tal. Os objetos estão incorporados ao seu cotidiano. É preciso afastamento e estudo. Compreendendo que aquilo que temos diante de nós apresenta diferenças que não podem ser conhecidas intuitivamente.

Corre-se o risco da pesquisa evidenciar uma concepção de patrimônio marcada por uma visão tradicionalista. Os bens consagrados no imaginário popular são, sobretudo, as edificações e logradouros de caráter histórico bem como determinados estilos arquitetônicos. Poucos destacam logradouros afinados ao seu cotidiano, onde realizam trocas comerciais, reúnem-se com amigos para a seresta, dirigem-se semanalmente para louvar seus entes imaginários. Desqualificam-se tradições culinárias, ignorando peculiaridades da sabedoria popular, com seus remédios caseiros, soluções arquitetônicas da edificações de caráter permanente ou temporário. Musicalidade e notas dissonantes ao circuito comercial vigente, tornam-se exóticos para os programas de exploração turística. Mas como evitar a expropriação cultural e implantar um programa de exploração turística que respeite a diversidade e fomente a economia?

O envolvimento do morador no processo de identificação do patrimônio e no planejamento turístico são fundamentais para o sucesso de empreendimento.

A pesquisa sobre o patrimônio cultural intangível, mais especificamente, as manifestações de caráter popular, festas e tradições populares ainda existentes na cidade, revela-se a fase mais problemática do levantamento, apesar da permanência de festas populares de caráter devocional, logradouros que se notabilizam pela realização de feiras, outros que tem se destacado pela implementação de projetos de apresentações musicais, atividades desportivas, desfiles, comemorações de aniversários de bairros, dentre outros. A identidade étnica ainda é mantida em festividades relacionadas às comunidades que lhes deram origem.

Parte do patrimônio cultural encontra-se em processo de descaracterização e de degradação física. Muitos bens localizam-se em áreas convertidas em parques de estacionamento irregular ou de concentração de comércio ambulante. A proteção e divulgação desses bens tem sido relegada pelo poder público, que sequer se preocupa em mapeá-lo ou sistematizar as informações.

A área central de nossas cidades apresentam grande concentração de bens culturais, faz-se necessário um plano de ação que altere o congelamento das funções ali instituídas, interferindo no processo de reprodução da economia local, requalificando-a e desenvolvendo um projeto de turismo que garanta a sustentabilidade do patrimônio cultural. A reabilitação do espaço urbano e a restauração do patrimônio cultural são instrumentos importantes no fortalecimento das manifestações culturais em processo de descaracterização. Observe-se apenas o risco de empreender uma limpeza social da área em nome da circulação de setores sociais dignos de circularem por tais regiões, que caracterizam os clássicos programas de revitalização urbana.

Promover o trabalho de educação patrimonial é a consequência lógica desse programa. Inserir-lo no planejamento de atividades de lazer⁶ que envolvam o patrimônio cultural da cidade, valorizando a cultura e a história, juntamente com a requalificação das áreas degradadas têm efeito positivo na valorização da memória da nação e no exercício da cidadania.

No centro histórico das cidades a falta de interação do morador com os bens promove dificuldades para a implantação do turismo. A cidade não está preparada para o morador, não há interação com o passado, com o seu patrimônio. A concentração de atividades de tendência

⁶ Dentre algumas atividades sugeridas pode-se destacar caminhadas, animação sócio-cultural, danças, jogos organizados, visitas às edificações, entre outros.

universalizante, sem relação com a identidade de seus moradores, o amplo processo de eliminação do uso residencial, constituem fatores responsáveis pelo comprometimento da afetividade com o entorno.

Nossa identidade não se encontra valorizada, termo entendido aqui como diversidade e não singularidade congelada no tempo. Tal situação decorre, entre outros fatores, do não envolvimento do morador no processo de identificação de seu patrimônio. Em muitos casos ele é informado sobre o que deve valorizar, mas não participa do processo decisório sobre o levantamento dos bens, neste sentido, não exerce sua cidadania. Mas o que pode ser identificado como elementos de nossa identidade?

Dados históricos costumam ser a pronta resposta do corpo técnico envolvido em programas de preservação do patrimônio. Neste sentido destacam-se museus, sítios arqueológicos, edificações de diferentes estilos arquitetônicos, obras de arte e logradouros. Acrescente-se a alimentação, formas de habitar, religiosidade, quer por suas construções ou ritos, hábitos e crenças, festas, feiras e mercados, música, dança e artesanato. Sistemas produtivos caracterizadores da região quer por seu sistema tradicional ou especificidade, também tem sido apontados como bens culturais, inscrevem-se nesta categoria vinícolas, produção de alimentos e as antigas fazendas de café que ainda preservam edificações e instalações destinados a produção. Festas de caráter popular ou religiosos constituem os elementos imateriais de nosso patrimônio, cujo conjunto é comumente convertido em atrativo turístico.

É preciso estar preparado para identificar o patrimônio cultural junto com o morador. Corre-se o risco do projeto ser prontamente encostado ao se deparar com essas dificuldades. Tal processo necessita ser acompanhado por um programa de educação patrimonial que valorize o passado de todos os setores sociais e seus ícones. Apenas com a preparação da cidade para o morador, com a interação com seus bens, é que conformaremos um ambiente hospitaleiro e deixaremos de ser uma cópia piorada de outras cidades, e então poderemos pensar na implantação de programas turísticos bem sucedidos.

Caracteriza pela diversidade cultural, pelo dinamismo de suas transformações, alteração de centralidades financeiras, variedade gastronômica, muitas cidades não estão preparadas para receber o turista de forma hospitaleira, seus laços encontram-se neutralizados, pois não há elementos identitários caracterizando o espaço social, apenas pedra e cal, e o visitante não

consegue dispor deles livremente. A interpretação deve ser um processo compartilhado com o morador, pois só assim o visitante conseguirá apropriar-se do sentido coletivo existente.

Bibliografia

ALBANO, Celina e MARIS, Stela. **Interpretar o patrimônio um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Território Brasilis/Editora UFMG, 2002.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural**. Campinas: Papyrus, 3ª edição, 2002

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio Histórico e Cultural**. São Paulo: Aleph, 2002

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp/Estação Liberdade, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo e PINSKY, Jaime (Orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.

GARCIA CANCLINI, Nestor. Los usos sociales del patrimonio cultural. In: AGUILAR

CRIADO, Encarnación. **Patrimonio etnológico**. Nuevas perspectivas de estudio. Consejería de cultura. Junta de Andalucía, 1999.

LEMOS, Carlos. **O que é patrimônio histórico**. Brasiliense: São Paulo, 1987.

LIMÓN DELGADO, Antonio. Patrimonio. De quién? In: AGUILAR CRIADO, Encarnación. **Patrimonio etnológico**. Nuevas perspectivas de estudio. Consejería de cultura. Junta de Andalucía, 1999. www.antropologiasocial.org em 04/02/2003.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. A proteção constitucional do patrimônio cultural. Disponível em < www.mp.rs.gov.br > acessado em 24.04.2003.

MARIANI, Alayde. A memória popular no registro do patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 28, 1999.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os “usos culturais” da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YAZIGI, Eduardo e outros. **Turismo, espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP, 1993.

PIRES, Mário Jorge. Levantamento de atrativos históricos em turismo – uma proposta metodológica. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas e MILONE, Paulo César (Orgs.). **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. **Política y sociedad**. Madrid, 27, 1998 (pp. 63-76).

RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado**. A instituição do patrimônio em São Paulo (1969-1987). São Paulo: Unesp, 2000.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil no passado. **Revista do Patrimônio histórico e Artístico Nacional**. n. 28, 1999.

SIMÕES, Maria Cristina. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

TALAVERA, Augustin Santana. Mirar y leer: autenticidad y patrimonio cultural para el consumo turístico. **6º Encontro Nacional de turismo com base local**. Campo Grande, 2002.

YAZIGI, Eduardo e outros. **Turismo, espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: HUCITEC, 1996.